



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no site da 7ª CCR e na Intranet

Sexta-feira (18/10) a Quinta-feira (24/10)

Manchetes

MPF: Grupo de Trabalho Interinstitucional de Defesa da Cidadania discute estratégias contra insegurança na Baixada Fluminense

MPF: Em Vilhena/RO, Presídio Feminino e Casa de Detenção devem informar ao MPF sobre presos à disposição da Justiça Federal, estrangeiros e indígenas

MPF: PGR reafirma constitucionalidade de cumprimento da pena após condenação em 2ª instância

EBC: Julgamento sobre prisão após 2ª instância entra hoje no terceiro dia

G1: Após Goiás alegar 'sigilo', OAB cobra divulgação de dados sobre mortes por policiais ocorridas em 2019

Exame: Mortes pela polícia do RJ crescem 127% em 4 anos: como frear a escalada?

G1: Mais de 60 casos de mortes por ações policiais no RJ não tiveram inquéritos instaurados

Brasil de Fato: Auto de resistência: herança da ditadura militar nas favelas do Rio de Janeiro

G1: À espera de laudo, investigação da morte de Ágatha Félix é prorrogada após um mês

O Dia: Caso Marielle: ex-deputados prestam depoimento na segunda fase da investigação

El País: PMs combatem inimigo com inscrição 'favela' durante treino em SP

The Intercept: Falta de médicos em presídios agrava epidemia de hanseníase em Mato Grosso

Isto é: Governo apresentará 3 propostas do pacto federativo no dia 29 de outubro

Agência Senado: Substituição de prisão por pena alternativa para mães e gestantes divide senadores

Síntese das notícias

Grupo de Trabalho Interinstitucional de Defesa da Cidadania discute estratégias contra insegurança na Baixada Fluminense: Novas estratégias contra a insegurança na Baixada Fluminense foram discutidas nesta segunda-feira (21), em Nova Iguaçu/RJ, por mais de 30 autoridades e cidadãos reunidos pelo GT Interinstitucional de Defesa da Cidadania, formado por representantes de instituições como o Ministério Público Federal, Defensorias e movimentos pela defesa de direitos humanos. A reunião foi realizada como forma de ouvir queixas sobre violações de direitos como desaparecimentos forçados e



ataques a cidadãos com religião de matriz africana e seus locais de culto. Moradores locais se manifestaram perplexos com a ocorrência de homicídios cometidos por policiais e com a omissão das autoridades policiais e do sistema judicial em responder sobre o esclarecimento de crimes recentes nessa região. Na reunião, os integrantes do GT conheceram relatos de familiares de vítimas da violência policial e compartilharam informações de suas instituições e trajetórias pessoais a fim de aprimorarem estratégias para uma pauta de segurança pública com a efetivação de direitos humanos na Baixada Fluminense. Em relação aos desaparecimentos forçados, os cidadãos ouvidos deram subsídios para os termos de uma nota técnica que está sendo elaborada pelo GT Defesa da Cidadania em resposta a esses casos.

Fonte: MPF (21/10/2019). <http://bit.ly/2JeXlZT>

Em Vilhena, Presídio Feminino e Casa de Detenção devem informar ao MPF sobre presos à disposição da Justiça Federal, estrangeiros e indígenas: Os diretores do Presídio Feminino e da Casa de Detenção de Vilhena/RO devem informar ao Ministério Público Federal - MPF se há, em suas unidades, pessoas presas à disposição da Justiça Federal. O MPF quer saber especificamente quem são os presos à disposição da Justiça Federal, estrangeiros e indígenas que estão no sistema prisional de Vilhena/RO. O prazo para prestar essa informação termina na próxima semana. Em todo o país, o MPF atua junto ao sistema prisional para garantir a execução da pena e os direitos do preso. Segundo a 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, estrangeiros e indígenas presos estão sob atribuição federal, ainda que recolhidos em estabelecimento prisional estadual.

Fonte: MPF (22/10/2019). <http://bit.ly/361K2wL>

PGR reafirma constitucionalidade de cumprimento da pena após condenação em 2ª instância: Em sustentação oral na sessão do Supremo Tribunal Federal – STF desta quarta-feira (23), que retomou o julgamento da possibilidade de início do cumprimento da pena após condenação em segunda instância, o Procurador-Geral da República defendeu que seja mantido o entendimento da Suprema Corte, de 2016. Naquela ocasião, o STF entendeu ser constitucional que o réu condenado em segundo grau começasse a cumprir a pena. “Deflagrada a ação penal, há inúmeras garantias constitucionais salvaguardadas no âmbito alargado do direito fundamental a um justo e devido processo legal, assegurando ao réu paridade de armas com o Estado-acusador (e defensor dos direitos da vítima) para demonstrar sua inocência”, afirmou o PGR. Augusto Aras requereu ao STF que sejam julgadas improcedentes as Ações Declaratórias de Constitucionalidade – ADCs nºs 43, 44 e 54, declarando-se a inconstitucionalidade do artigo 283 do Código de Processo Penal, especificamente no ponto em que veda a execução da pena resultante de sentença penal recorrível.

Fonte: MPF (23/10/2019). <http://bit.ly/2BHKWAw>



Julgamento sobre prisão após 2ª instância entra hoje no terceiro dia: O plenário do Supremo Tribunal Federal - STF retoma, nesta quinta-feira (24), o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade ADCs nºs 43, 44 e 54, que discutem a possibilidade de iniciar o cumprimento da pena antes de serem esgotadas todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado). Até o momento, o placar do julgamento está em 3 votos a 1 a favor da medida. Até agora os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Roberto Barroso entenderam que o início da execução da pena após decisão de segunda instância é constitucional. O julgamento será retomado na sessão prevista para ser reaberta às 14h, com a ministra Rosa Weber fazendo a leitura de seu voto.

Fonte: EBC (23/10/2019). <http://bit.ly/2Pgv8MZ>

Após Goiás alegar 'sigilo', OAB cobra divulgação de dados sobre mortes por policiais ocorridas em 2019: A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Goiás - OAB-GO expediu portaria na qual cobra do estado a divulgação dos dados referentes a todos os crimes violentos ocorridos em 2019, inclusive, aqueles praticados durante ações policiais. A solicitação é datada do último domingo (20), pouco mais de uma semana após Goiás ser o único estado do país a não revelar o número de mortes cometidas por policiais no 1º semestre deste ano dentro do levantamento feito pelo Monitor da Violência. Na ocasião, o estado alegou "sigilo". O documento determina que sejam oficiados a Secretaria de Segurança Pública - SSP e o Ministério Público do Estado de Goiás - MP-GO para a divulgação dos dados. Também pede à Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios - DIH que encaminhe relatório no qual "em boa parte" das mortes cometidas por policiais não há preservação da cena de crime.

Fonte: G1 (22/10/2019). <https://glo.bo/2By5v29>

Mortes pela polícia do RJ crescem 127% em 4 anos: como frear a escalada?:

As crianças assassinadas durante tiroteios em 2019 em comunidades do Rio de Janeiro são parte de uma triste estatística: de janeiro a agosto deste ano, 1.249 pessoas foram vítimas do chamado "auto de resistência", quando há agentes do Estado, como policiais, envolvidos nas mortes. Foram cinco pessoas por dia, em média. O número é 16% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado, quando 1.075 pessoas foram mortas nessas condições. Os dados são do Instituto de Segurança Pública - ISP, órgão do governo estadual que registra a estatística desde 2003. As mortes não são nenhuma novidade, mas o número de 2019 é o mais alto desses últimos 16 anos com registros. Em relação a 2016 — quando as Unidades de Polícia Pacificadora - UPP's começaram a ruir e as ocorrências voltaram a aumentar —, as mortes por intervenção de agentes do Estado cresceram 127%. Se comparado a 2013, ano com menor número de mortes, o percentual de vítimas cresceu 374%.

Fonte: Exame (20/10/2019). <http://bit.ly/2Bx37bW>



Mais de 60 casos de mortes por ações policiais no RJ não tiveram inquéritos

instaurados: Em mais de 60 casos de mortes em ações policiais no estado do Rio de Janeiro o inquérito nem chegou a ser instaurado. Parte dos 1.172 registros de ocorrência deste tipo de crime entre janeiro e setembro deste ano, 59 constam como Verificação Preliminar de Informação – VPI e 15 deles como apenas registros de ocorrência. Quando um homicídio acontece, incluindo as mortes por intervenção policial, o primeiro documento de notificação do caso é o registro de ocorrência - RO. Depois disso é instaurado um inquérito para investigar o caso. Na Polícia Civil do RJ existe uma fase intermediária, a VPI. “É o momento em que, antes da instauração do inquérito policial, a equipe de policiais daquela área se debruça em buscar mais subsídios, exatamente para que, na hora em que esse inquérito policial seja instaurado, você já tenha ali o nome das testemunhas, qualificação”, explicou o especialista em segurança Edval Novaes. Os dados foram enviados pela Polícia Civil, que contestou os próprios números. A informação foi enviada no dia 8 de outubro. Mas na última quinta-feira (17), a Polícia Civil disse que apenas cinco casos seguem como Verificação Preliminar de Informação.

Fonte: G1 (22/10/2019). <https://glo.bo/31CUSFV>

Auto de resistência: herança da ditadura militar nas favelas do Rio de Janeiro:

De janeiro a agosto deste ano, o Rio de Janeiro registrou 1.249 mortes por intervenção de agentes do estado, segundo os últimos dados do Instituto de Segurança Pública – ISP. Foram 174 casos a mais em comparação ao mesmo período de 2018. Isso significa que houve um aumento de 16,2% dos homicídios praticados pela polícia alegando legítima defesa. Assim, os antigos "autos de resistência", praticados na ditadura militar, alcançam o maior índice dos últimos 20 anos no Rio. Sobre a dramática estatística, a jornalista e moradora do Conjunto de Favelas da Maré Gizele Martins é enfática: "A sociedade precisa reconhecer que existe um genocídio contra a população negra nas favelas, mas principalmente um Estado que apoia e legitima as nossas mortes".

Fonte: Brasil de Fato (19/10/2019). <http://bit.ly/2N5nvX8>

À espera de laudo, investigação da morte de Ágatha Félix é prorrogada após um

mês: O inquérito que investiga a morte da menina Ágatha Félix, de oito anos, será prorrogado por mais 30 dias. A menina morreu no hospital no dia 22 de setembro, um dia depois de ser atingida por estilhaços de uma bala de fuzil no Alemão, na Zona Norte do Rio. A investigação da Polícia Civil começou no mesmo dia. A Delegacia de Homicídios da Capital espera pelos resultados do laudo da reprodução simulada realizada no dia 30 de setembro. O prazo para que esse laudo seja finalizado deverá ser de 10 a 20 dias. Internamente, há cobranças para que o inquérito seja relatado até o início de novembro. No dia 2 de outubro, a hipótese considerada mais provável pela polícia é de que o tiro que acertou Ágatha foi disparado por um dos PMs que estava na região próxima à van onde estava a menina.

Fonte: G1 (22/10/2019). <https://glo.bo/2N5sPK6>



Caso Marielle: ex-deputados prestam depoimento na segunda fase da investigação:

O ex-deputado estadual Edson Albertassi prestou depoimento quinta-feira (24) na Delegacia de Homicídios da Capital - DHCapital, por cerca de 3h30. Ele e o ex-deputado Paulo Melo foram à especializada para serem ouvidos na segunda fase do caso Marielle, que busca descobrir os mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco. Além de serem ouvidos pelo delegado titular da DH-Capital, Daniel Rosa, as promotoras que estão à frente da investigação, Letícia Emile Alquezar Petriz e Simone Sibilio do Nascimento, também acompanham as oitivas. Ainda não se sabe se eles são ouvidos como suspeitos ou para ajudar na linha de investigação que envolve o ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado - TCE, Domingos Brazão, denunciado pela ex-Procuradora-Geral da República por interferir nas investigações do caso Marielle.

Fonte: O Dia (24/10/2019). <http://bit.ly/2Jn5QsW>

PMs combatem inimigo com inscrição 'favela' durante treino em SP: Policiais militares de São Paulo ouvem instruções de treinamento enquanto submetralhadoras estão postas em uma bancada logo atrás. O alvo está a cerca de 50 metros, com muros formados por tapumes e a palavra favela escrita em um deles. Esse espaço em treinamento da polícia é chamado de "pista", o que é, basicamente, um cenário artificialmente criado para simular uma situação. As imagens foram postadas na página Batalhão de Ações Especiais de Polícia – BAEP S.J. do Rio Preto do Facebook, e retratam um treinamento do 9º Baep, localizado em São José do Rio Preto, no oeste paulista. Débora Maria da Silva, fundadora do Movimento Mães de Maio e que luta contra a violência de Estado, afirmou que, embora considere absurdo, não surpreende. Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP faz análise na mesma direção de Débora, a imagem evidencia uma visão preconceituosa por parte da PM.

Fonte: El País (20/10/2019). <http://bit.ly/2qGukH5>

Falta de médicos em presídios agrava epidemia de hanseníase em Mato Grosso:

O agente penitenciário José de Oliveira Dias desconfia que tenha contraído a doença hanseníase no presídio. Na Penitenciária Central do Estado, em Cuiabá/MT, assim como em outras 21 unidades prisionais de Mato Grosso – 39% do total -, a infecção está se alastrando em níveis alarmantes, agravada pela omissão do governo estadual. Nessas contas não entram os funcionários infectados. Há dois anos, o estado é o que mais registra novos casos da doença no Brasil. Em 2018 foram 4.678 pessoas diagnosticadas com a infecção. Para efeito de comparação, os quatro estados da região Sudeste tiveram juntos 3.691 notificações no mesmo período. Em 2018 o Ministério Público Estadual pediu na justiça a interdição do Centro de Detenção Provisória de Juína, depois que 21 dos 226 presos da unidade foram diagnosticados com hanseníase. A Justiça determinou em decisão liminar que o estado disponibilizasse um médico, um enfermeiro e 18 agentes penitenciários para atender o CDP de Juína. O atual secretário de Segurança Pública,



Alexandre Bustamante, assinou um [Termo de Ajustamento de Conduta – TAC](#) do Ministério Público Estadual, em abril de 2019, para atender à decisão da justiça, mas o governo atual ainda não cumpriu o compromisso.

Fonte: The Intercept (23/10/2019). <http://bit.ly/2p9axzp>

Governo apresentará 3 propostas do pacto federativo no dia 29 de outubro: O

Senador Fernando Bezerra Coelho anunciou que o Planalto vai apresentar, na próxima terça-feira (29), três propostas que envolvem o pacto federativo. A expectativa é que as três medidas sejam aprovadas no Senado ainda em 2019. Os textos tratam sobre a revisão da regra de ouro, que impede a criação de dívida para pagar gastos correntes, como de pessoal; a previsão de gatilhos para conter as despesas de Estados e municípios; e a desvinculação de fundos constitucionais, como os relacionados à saúde e à educação, e infraconstitucionais, como o Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, permitindo que o dinheiro desses fundos seja usado em outras áreas. O governo vai propor, em uma das propostas, a desvinculação de todos os fundos constitucionais, que carimbam um percentual dos recursos do orçamento para áreas como saúde e educação, e outros fundos criados por leis complementares. O Senador afirmou ser possível aprovar a desvinculação dos mais de 260 fundos infraconstitucionais.

Fonte: Isto é (22/10/2019). <http://bit.ly/2p1m8AQ>

Substituição de prisão por pena alternativa para mães e gestantes divide

senadores: A proposta que possibilita às condenadas grávidas ou mães com filhos até 6 anos ter a pena de prisão substituída por punições alternativas, para garantir o convívio com a criança fora do ambiente carcerário e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento do cérebro e da formação social dos pequenos, tem dividido opiniões na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Senadores que defendem a geração da vida num ambiente mais saudável e a garantia do bem-estar das crianças se opõem aos que acreditam no cumprimento de punições rigorosas, mesmo por gestantes ou mães de crianças pequenas, para desestimular a prática de outros crimes. O Projeto de Lei do Senado – [PLS 669/2015](#) teve a votação adiada na última reunião da Comissão, na quarta-feira (16), mas deve voltar à pauta em breve.

Fonte: Agência Senado. (18/10/2019) <http://bit.ly/2Jk3MC2>